

Transportes e Comunicações, instruído com os seguintes documentos:

- a) Planta do local da situação dos bens a expropriar, com a delimitação precisa dos respectivos limites, contendo a escala gráfica utilizada;
- b) Certidão, passada pela conservatória do registo predial, das descrições dos prédios e das inscrições em vigor, incluindo as dos direitos, ónus ou encargos que sobre eles se achem registados ou certidão de que os prédios não se encontram descritos;
- c) Certidão da inscrição matricial e do valor patrimonial fiscal dos prédios ou certidão de que os mesmos se encontram omissos.

2 — As certidões referidas nas alíneas b) e c) do número anterior poderão ser juntas até à adjudicação judicial da propriedade dos prédios expropriados.

Artigo 8.º

Posse administrativa

1 — O reconhecimento do carácter urgente das expropriações confere à sociedade Parque EXPO 98, S. A., enquanto entidade expropriante, a posse administrativa imediata dos bens a expropriar, nos termos do Código das Expropriações.

2 — À posse administrativa referida no número anterior não se aplica o prazo de caducidade estabelecido no n.º 3 do artigo 17.º do Código das Expropriações.

Artigo 9.º

Indemnizações

1 — As expropriações realizadas nos termos do artigo 5.º conferem aos expropriados o direito de receber o pagamento contemporâneo de uma justa indemnização, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 22.º a 31.º do Código das Expropriações.

2 — O valor das indemnizações será determinado de comum acordo entre as partes e, na falta de acordo, por uma comissão arbitral constituída de acordo com o artigo seguinte.

3 — Na determinação do valor das indemnizações não poderá ser tomada em consideração a mais-valia que resultar da própria declaração de utilidade pública da correspondente expropriação, bem como da efectiva realização da EXPO 98 e do plano de urbanização e respectivos planos de pormenor referidos no artigo 2.º

Artigo 10.º

Comissão arbitral

1 — A comissão arbitral referida no n.º 2 do artigo anterior será constituída por três árbitros, sendo um nomeado pelo expropriado, outro pela entidade expropriante e o terceiro escolhido por aqueles.

2 — O expropriado será notificado, por carta registada com aviso de recepção, quando conhecido, ou por éditos, nos restantes casos, pela entidade expropriante para, no prazo de cinco dias, indicar o seu árbitro, sendo o mesmo nomeado pelo juiz presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, nos termos do número seguinte, no caso de não ser indicado pelo expropriado no prazo fixado.

3 — Se a entidade expropriante verificar que não é possível chegar a acordo quanto à escolha do terceiro árbitro, será o mesmo nomeado pelo juiz presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, no prazo de cinco dias contados do requerimento nesse sentido subscrito pela entidade expropriante.

4 — As decisões da comissão arbitral serão tomadas por maioria ou, não sendo possível obter uma decisão maioritária quanto a um concreto valor, será este apurado pela média aritmética dos dois montantes indemnizatórios que mais se aproximarem.

5 — Da decisão caberá recurso para os tribunais, nos termos do Código das Expropriações.

Artigo 11.º

Dever de cooperação

1 — Todas as entidades públicas e privadas cuja área de actuação esteja directamente relacionada com a preparação e a realização da EXPO 98 devem cooperar activa e empenhadamente na prossecução do interesse público a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º

2 — A sociedade Parque EXPO 98, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 88/93, de 23 de Março, entidade encarregada da concepção, execução, construção, exploração e desmantelamento da EXPO 98, bem como da concepção e execução do projecto de recuperação e reconversão urbana da zona de intervenção da EXPO 98, fará permanentemente apelo à cooperação das autarquias locais nela directamente envolvidas, sobretudo no que se refere à coordenação e articulação dos vários planos municipais de ordenamento incidentes ou relacionados com a zona de intervenção.

Artigo 12.º

Os poderes excepcionais da sociedade Parque EXPO 98, S. A., cessam em 31 de Dezembro de 1999.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Agosto de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva — Joaquim Fernando Nogueira — Jorge Braga de Macedo — Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota — José Manuel Cardoso Borges Soeiro — Luís Fernando Mira Amaral — Jorge Manuel Mendes Antas — Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira — Maria Teresa Pinto Basto Gouveia — João Prates Bebiano.*

Promulgado em 29 de Setembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Setembro de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 35/93

de 9 de Outubro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Polónia sobre Pro-

moção e Protecção Mútuas de Investimentos, assinado em Lisboa em 11 de Março de 1993, cujas versões autênticas em língua portuguesa e língua polaca seguem em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Agosto de 1993. — *Joaquim Fernando Nogueira — Vítor Ângelo da Costa Martins — Alexandre Carlos de Mello Vieira Costa Relvas.*

Assinado em 3 de Setembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 7 de Setembro de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÓNIA SOBRE A PROMOÇÃO E PROTECÇÃO MÚTUAS DE INVESTIMENTOS.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Polónia, adiante designados por Partes Contratantes:

Animados do desejo de intensificar a cooperação económica entre os dois Estados;

Tendo em vista a criação das condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante;

Considerando que a protecção recíproca desses investimentos contribuirá para o desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa nos domínios económico, comercial, técnico e científico;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Para efeitos do presente Acordo:

- 1) O termo «investimentos» compreende toda a espécie de bens e direitos relacionados com investimento directo feito de acordo com a legislação da outra Parte Contratante e inclui, nomeadamente mas não exclusivamente:
 - a) A propriedade de bens móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais de gozo ou garantia, inerentes ou não à propriedade daqueles bens, designadamente hipotecas e penhores;
 - b) Partes sociais e outras formas de participação no capital de sociedades e ou interesses económicos resultantes da respectiva actividade;
 - c) Direitos de crédito relativos a numerário ou a quaisquer outras prestações com valor económico;
 - d) Direitos de autor, direitos de propriedade industrial, tais como patentes, processos técnicos, marcas de fabrico ou de comércio, denominações comerciais, desenhos industriais, bem como *know how*, firma e nome de estabelecimento e clientela (aviamento);

e) Concessões de direito público ou privado, incluindo concessões de prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais;

2) O termo «rendimentos» designa as quantias geradas por um investimento num determinado período, tais como lucros e dividendos, juros, *royalties* ou outras formas de remuneração relacionadas com o investimento, incluindo quaisquer pagamentos a título de assistência técnica ou de gestão.

No caso de os rendimentos de um investimento, na definição que acima lhes é dada, vierem a ser reinvestidos, os rendimentos resultantes desse reinvestimento serão havidos também como rendimentos do investimento inicial;

3) O termo «liquidação de investimento» significa a cessação do investimento feita de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação vigente no país em que o investimento em causa tenha sido efectuado;

4) O termo «investidor» designa:

a) As pessoas singulares da nacionalidade das Partes Contratantes;

b) As entidades colectivas, incluindo sociedades comerciais ou outras sociedades ou associações, com ou sem personalidade jurídica, que tenham sede numa das Partes Contratantes e estejam constituídas e funcionem de acordo com a lei dessa Parte Contratante;

5) O termo «território» compreende o território da República Portuguesa e o território da República da Polónia, tal como se encontra definido nas respectivas leis;

6) O termo «actividades relacionadas com investimentos» designa as operações de organização, controlo, manutenção e administração de, nomeadamente, sociedades, sucursais, escritórios de representação, agências ou unidades fabris e ainda a celebração, execução e acompanhamento de contratos de aquisição, uso, fruição ou administração de propriedades, incluindo a propriedade industrial, empréstimos de capital, aquisição ou emissão de acções ou outros títulos e a compra de moeda estrangeira.

Artigo 2.º

1 — Ambas as Partes Contratantes promoverão a realização de investimentos de investidores da outra Parte Contratante no seu território, admitindo tais investimentos de acordo com as suas leis e regulamentos. Em cada caso, concederão aos investimentos tratamento justo e equitativo, em regime de reciprocidade.

2 — No âmbito das suas disposições legais internas as Partes Contratantes examinarão com benevolência os requerimentos de entrada e residência de pessoas de uma Parte Contratante que desejarem entrar no território da outra Parte Contratante, em conexão com o encaminhamento e a execução de um investimento; o mesmo valerá para os assalariados de uma Parte Contratante que quiserem entrar e residir no território da outra Parte Contratante, em conexão com um investi-

mento para exercer uma actividade remunerada. Os requerimentos de autorização de trabalho serão igualmente examinados com benevolência.

Artigo 3.º

1 — Nenhuma Parte Contratante sujeitará, no seu território, os investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante a um tratamento menos favorável do que o concedido aos investimentos efectuados por investidores de terceiros Estados.

2 — Nenhuma Parte Contratante sujeitará os investidores da outra Parte Contratante, no que diz respeito à sua actividade relacionada com investimentos no seu território, a um tratamento menos favorável do que o concedido a investidores de terceiros Estados.

3 — As disposições contidas nos n.ºs 1 e 2 deste artigo não afectam o tratamento mais favorável concedido ou a conceder pelas Partes Contratantes a investimentos de investidores de terceiros Estados em virtude de:

- a) Participação em uniões aduaneiras, zonas de comércio livre e organizações ou outras formas de assistência, cooperação ou integração económica;
- b) Acordos sobre dupla tributação e outros acordos de carácter fiscal.

Artigo 4.º

1 — Os investimentos efectuados por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante não poderão ser expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização, a não ser por motivos de interesse público e mediante indemnização. A indemnização deverá corresponder ao valor que o investimento expropriado tinha à data da expropriação, nacionalização ou medida equivalente. A indemnização deverá ser paga sem demora, vencerá juros à taxa bancária usual até à data da sua liquidação e deverá ser livremente transferível. Deverão ser tomadas providências adequadas quanto à fixação do montante e à forma de pagamento da indemnização o mais tardar no momento da expropriação, nacionalização ou medida equivalente.

2 — Os nacionais de cada Parte Contratante cujo investimento tenha sido objecto de expropriação, total ou parcialmente, terão o direito a solicitar da competente autoridade judicial ou administrativa da outra Parte Contratante a confirmação de que a referida expropriação e a indemnização a que deu lugar são conformes ao presente Acordo e aos princípios do direito internacional.

3 — Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante em virtude de guerra ou outros conflitos armados, revolução, estado de emergência nacional ou sublevação não receberão dessa Parte Contratante tratamento menos favorável, em matéria de restituições, compensações, indemnizações ou demais retribuições, do que o concedido aos investidores de terceiros Estados. Tais pagamentos deverão ser livremente transferíveis.

Artigo 5.º

Cada Parte Contratante, em conformidade com a sua legislação, garante aos investidores da outra Parte Contratante a livre transferência das importâncias relacionadas com os investimentos, nomeadamente:

- a) Do capital e das importâncias adicionais para a manutenção ou ampliação do investimento;
- b) Dos rendimentos definidos no artigo 1.º, n.º 2, do presente Acordo;
- c) Das importâncias necessárias para o serviço e reembolso dos empréstimos que ambas as Partes hajam reconhecido como investimento;
- d) Do produto resultante da liquidação ou alienação total ou parcial do investimento;
- e) Das indemnizações e outros pagamentos previstos no artigo 4.º do presente Acordo;
- f) De quaisquer pagamentos que devam ser efectuados por força da sub-rogação prevista no artigo 6.º do presente Acordo.

2 — As transferências a que se refere este artigo serão efectuadas sem demora e à taxa de câmbio em vigor na data da respectiva efectivação. Esta taxa de câmbio deverá ser fixada em conformidade com a *cross-rate* resultante das taxas de câmbio que naquela data o Fundo Monetário Internacional tomaria por base para o câmbio das respectivas moedas em direitos especiais de saque.

3 — Para efeitos deste artigo, entender-se-á que uma transferência foi realizada «sem demora» quando a mesma for efectuada dentro do prazo normalmente necessário para o cumprimento das respectivas formalidades. O prazo será contado a partir do dia em que o devido requerimento, acompanhado dos necessários documentos, tenha sido apresentado, não podendo em caso algum exceder três meses.

Artigo 6.º

1 — No caso de uma das Partes Contratantes ou agência sua efectuar quaisquer pagamentos a um dos seus investidores por virtude de uma garantia prestada a um investimento realizado no território da outra Parte Contratante, ficará por esse facto sub-rogada nos direitos e acções desse investidor, podendo exercê-los nos mesmos termos e condições que o titular originário.

2 — No caso de sub-rogação, tal como se encontra definida no n.º 1 deste artigo, o investidor não intentará qualquer acção judicial sem prévia autorização da Parte Contratante ou de uma agência sua.

Artigo 7.º

1 — Os litígios que surgirem entre as Partes Contratantes sobre a interpretação e aplicação do presente Acordo serão resolvidos, na medida do possível, amigavelmente, por via diplomática.

2 — Se um litígio não poder ser dirimido dessa maneira, no prazo de 12 meses, será submetido a um tribunal arbitral, a pedido de qualquer das Partes Contratantes.

3 — O tribunal arbitral será constituído *had-hoc*, nomeando cada uma das Partes Contratantes um membro; ambos os membros proporão, de comum acordo,

um nacional de um terceiro Estado como presidente, que será nomeado pelas duas Partes Contratantes.

Os membros serão nomeados no prazo de dois meses e o presidente no prazo de três meses a contar da data em que uma Parte Contratante tenha comunicado à outra que deseja submeter o litígio a um tribunal arbitral.

4 — Se os prazos fixados no n.º 3 não forem observados, cada uma das Partes Contratantes poderá, na falta de qualquer outro Acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações. Se o Presidente estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao Vice-Presidente. Se este também estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao membro do tribunal que se siga na hierarquia e desde que não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes.

5 — O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão obrigatórias. A cada uma das Partes Contratantes caberão as despesas do respectivo árbitro, bem como da respectiva representação no processo perante o tribunal arbitral; ambas as Partes Contratantes arcarão em partes iguais com as despesas do presidente, bem como as demais despesas. O tribunal arbitral poderá adoptar um regulamento diferente quanto às despesas. O tribunal arbitral definirá as suas próprias regras processuais.

Artigo 8.º

1 — Os litígios que surgirem entre uma das Partes Contratantes e um investidor da outra Parte Contratante em relação a investimentos deverão, na medida do possível, ser dirimidos amigavelmente entre as partes litigantes.

2 — Se o litígio não puder ser dirimido dentro do prazo de seis meses contados a partir da data em que uma das partes litigantes o tenha suscitado, será ele submetido, a pedido do investidor interessado, a um processo arbitral. Pelo presente Acordo, ambas as Partes Contratantes declaram a sua concordância com tal processo. Salvo mútuo acordo em contrário, as disposições do artigo 7.º, n.ºs 3 a 5, aplicar-se-ão analogamente, sob condição de as partes litigantes nomearem os membros do tribunal arbitral em conformidade com o previsto no n.º 3 do mesmo artigo e sob a pena de, caso os prazos ali referidos não forem observados, cada uma delas puder, na falta dos outros acordos, convidar o Presidente do Tribunal de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio em Paris e proceder às nomeações necessárias. A sentença arbitral será executada em conformidade com o direito nacional do país onde o litígio houver tido lugar.

3 — Se ambas as Partes Contratantes forem ou vierem a ser membros da Convenção para Regular Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados, de 18 de Março de 1965, não recorrerão, nos termos do artigo 27.º, parágrafo 1, dessa Convenção, ao tribunal arbitral previsto no número anterior deste artigo, desde que entre o investidor de uma das Partes Contratantes e a outra Parte Contratante exista o acordo a que se refere o artigo 25.º da Convenção. Não ficará prejudicada a possibilidade de recurso ao tribunal arbitral referido no número anterior deste artigo no caso de não observância de uma decisão judicial do tribunal arbitral estabele-

cido nos termos da Convenção (artigo 27.º) ou no caso de transferência de direitos por força da lei ou com base em acto jurídico, em conformidade com o artigo 6.º do presente Acordo.

Artigo 9.º

Se as disposições de outro acordo internacional ao qual hajam aderido ou venham a aderir as duas Partes Contratantes ou a regulamentação interna de qualquer das Partes estabelecer um regime mais favorável do que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

Artigo 10.º

O presente Acordo aplicar-se-á a todos os investimentos realizados desde 26 de Maio de 1976 por investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e em conformidade com as respectivas disposições legais.

Artigo 11.º

1 — Este Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes Contratantes forem reciprocamente notificadas do cumprimento dos requisitos legais para a entrada em vigor de acordos internacionais.

2 — Este Acordo permanecerá em vigor por um período de 10 anos, a não ser que uma das Partes Contratantes o denuncie por escrito até 12 meses antes do fim daquele período. Não ocorrendo qualquer denúncia, este Acordo será considerado como renovado nos mesmos termos e por períodos sucessivos de cinco anos.

3 — No caso de o presente Acordo ser denunciado, as disposições dos artigos 1.º a 10.º continuarão em vigor por um período de 10 anos quanto aos investimentos realizados antes de a denúncia do presente Acordo se tornar efectiva.

Feito em Lisboa em 11 de Março de 1993, em duplicado, em português e polaco, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Vitor Ângelo da Costa Martins, Secretário de Estado para os Assuntos Europeus.

Pelo Governo da República da Polónia:

Iwo Byczewski, Subsecretário de Estado do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

UMOWA MIĘDZY RZĄDEM REPUBLIKI PORTUGALSKIEJ I RZĄDEM RZECZYPOSPOLITEJ POLSKIEJ W SPRAWIE POPIERANIA I WZAJEMNEJ OCHRONY INWESTYCJI.

Rząd Republiki Portugalskiej i Rząd Rzeczypospolitej Polskiej, zwane dalej «Umawiającymi się Stronami», ożywione pragnieniem zwiększenia współpracy między obu państwami:

Dążąc do stworzenia korzystnych warunków do inwestowania przez inwestorów jednej Umawiającej się Strony na terytorium drugiej Umawiającej się Strony:

Uznając, że wzajemna ochrona inwestycji będzie przyczyniać się do rozwoju wzajemnie korzyst-

nej współpracy w dziedzinach: gospodarczej, handlowej, technicznej i naukowej;

uzgodniły, co następuje:

Artykuł 1

W rozumieniu niniejszej Umowy:

- 1) Określenie «inwestycje» oznacza wszelkie mienie i prawa związane bezpośrednio z inwestycją dokonaną przez inwestorów jednej Umawiającej się Strony zgodnie z ustawodawstwem drugiej Umawiającej się Strony, a w szczególności, ale nie wyłącznie:
 - a) Ruchomości i nieruchomości jak również jakiegokolwiek inne prawa rzeczowe, takie jak prawo użytkowania, lub prawa zabezpieczeń majątkowych związane z własnością tych dóbr, w tym szczególnie hipoteka i prawo zastawu;
 - b) Akcje i inne formy udziału w kapitale spółek i w korzyściach gospodarczych osiąganych z działalności spółek;
 - c) Prawa do roszczeń pieniężnych lub innych świadczeń mających wartość gospodarczą;
 - d) Prawa autorskie, prawa własności przemysłowej takie jak patenty, znaki fabryczne lub handlowe, nazwy handlowe, wzory przemysłowe, know-how, znaki firmowe i goodwill;
 - e) Koncesje nadane na mocy prawa lub kontraktu, w tym koncesje na poszukiwania, badania i eksploatację zasobów naturalnych;
- 2) Określenie «przychody» oznacza kwoty uzyskane z inwestycji w określonym czasie takie jak zyski, dywidendy, odsetki, należności licencyjne lub inne tytuły wynagrodzeń, w tym jakiegokolwiek płatności z tytułu pomocy technicznej lub pomocy w zakresie organizacji i zarządzania. Jeżeli przychody uzyskane z inwestycji zgodnie z definicją zawar w tym ustępie będą, przeznaczane na ponowne inwestycje, wówczas przychody z tych ponownych inwestycji będą uważane jak przychody z inwestycji pierwotnej;
- 3) Określenie «likwidacja inwestycji» oznacza odstąpienie od inwestycji zgodnie z procedurą ustalona w ustawodawstwie obowiązującym w państwie, w którym dana inwestycja została dokonana;
- 4) Określenie «inwestor» oznacza:
 - a) Osoby fizyczne posiadające obywatelstwo danej Umawiającej się Strony;
 - b) Zrzeszenia osób, w tym spółki prawa handlowego lub inne spółki albo stowarzyszenia posiadające lub nie posiadające osobowości prawnej, które posiadają siedzibę na terytorium jednej z Umawiających się Stron i które zostały utworzone i prowadzi działalność zgodnie z prawem danej Umawiającej się Strony;
- 5) Określenie «terytorium» oznacza terytorium Republiki Portugalskiej lub terytorium Rzeczypos-

politej Polskiej określone w ustawodawstwie obu Umawiających się Stron;

- 6) Określenie «działalność towarzysząca inwestycjom» oznacza działalność w zakresie organizacji, kontroli, utrzymywania i zarządzania głównie w odniesieniu do spółek, oddziałów, przedstawicielstw, agencji lub jednostek produkcyjnych i innych, służących do zawierania, wykonywania i egzekwowania kontraktów dotyczących nabywania, korzystania, użytkowania lub rozporządzania majątkiem, w tym prawami własności przemysłowej, zaciągania kredytu, nabywania i emisji akcji lub innych papierów wartościowych a także zakupu dewiz.

Artykuł 2

1 — Obie Umawiające się Strony będą popierać na swoim terytorium inwestycje dokonywane przez inwestorów drugiej Umawiającej się Strony i będą dopuszczać takie inwestycje zgodnie ze swoim ustawodawstwem i innymi przepisami.

2 — Umawiające się Strony będą w ramach swoich wewnętrznych przepisów prawnych rozpatrywać wnioski w sprawie wjazdu i zamieszkania osób fizycznych jednej Umawiającej się Strony na terytorium drugiej Umawiającej się Strony w związku z podejmowaniem i realizacją inwestycji.

Odnosi się to również do pracobiorców jednej Umawiającej się Strony, pragnących zamieszkać na terytorium drugiej Umawiającej się Strony, w celu podjęcia pracy za wynagrodzeniem w ramach danej inwestycji.

Również przychylnie będą rozpatrywane wnioski o zezwolenie na podjęcie pracy.

Artykuł 3

1 — Żadna z Umawiających się Stron nie podda na swoim terytorium inwestycji dokonywanych przez inwestorów drugiej Umawiającej się Strony traktowaniu mniej korzystnemu niż przyznane inwestycjom dokonywanym przez inwestorów państw trzecich.

2 — Żadna z Umawiających się Stron nie podda inwestorów drugiej Umawiającej się Strony w zakresie działalności towarzyszącej inwestycjom na swoim terytorium traktowaniu mniej korzystnemu niż traktowanie przyznane przez nią inwestorom państw trzecich.

3 — Postanowienia ustępów 1 i 2 niniejszego artykułu nie mają zastosowania w odniesieniu do bardziej korzystnego traktowania przyznanego lub, które zostanie przyznane przez Umawiające się Strony inwestycjom dokonywanym przez inwestorów państw trzecich wyniku:

- a) Członkostwa w uniach celnych, strefach lub organizacjach wolnego handlu lub w innych formach pomocy, współpracy i integracji gospodarczej;
- b) Umów o podwójnym opodatkowaniu i innych umów o charakterze podatkowym.

Artykuł 4

1 — Inwestycje dokonane przez inwestorów jednej Umawiającej się Strony na terytorium drugiej

Umawiającej się Strony nie mogą być wywłaszczone, znacjonalizowane lub poddane innym środkom o skutkach równoznacznych z wywłaszczeniem lub nacjonalizacją, chyba że działania takie podjęte zostaną w interesie publicznym i za odszkodowaniem. Odszkodowanie powinno odpowiadać wartości jaką wywłaszczona inwestycja miała w dniu wywłaszczenia, nacjonalizacji lub podjęcia środków wywołujących równoznaczne skutki.

Odszkodowanie powinno być wypłacone bez zwłoki i powinno obejmować naliczone według zwyczajowej stawki bankowej odsetki do dnia całkowitej spłaty i powinno podlegać swobodnemu transferowi.

Nie później niż w momencie wywłaszczenia, nacjonalizacji lub podjęcia środków wywołujących równoznaczne skutki powinny być podjęte odpowiednie decyzje w sprawie ustalenia kwoty odszkodowania i sposobu jego wypłacenia.

2 — Obywatele każdej Umawiającej się Strony, których inwestycja została całkowicie lub częściowo wywłaszczona mają prawo do ządania bezzwłocznego zbadania przez odpowiednie władze sądowe lub administracyjne drugiej Umawiającej się Strony, czy takie wywłaszczenie oraz uzyskane za nie odszkodowanie pozostają w zgodzie z niniejszą Umową i zasadami prawa międzynarodowego.

3 — Inwestorom jednej Umawiającej się Strony, których inwestycje poniosą straty na terytorium drugiej Umawiającej się Strony w wyniku wojny lub innych konfliktów zbrojnych, rewolucji, stanu wyjątkowego lub powstania, będzie przyznane przez tę drugą Umawiającą się Stronę w zakresie odtworzenia, rekompensaty, odszkodowania i innych form zadośćuczynienia, traktowanie nie mniej korzystne niż przyznane inwestorom państw trzecich. Wynikające z powyższego płatności będą podlegały swobodnemu transferowi.

Artykuł 5

1 — Każda Umawiająca się Strona zapewni zgodnie z własnym ustawodawstwem inwestorom drugiej Umawiającej się Strony swobodny transfer kwot związanych z inwestycjami, a mianowicie:

- a) Kapitału i kwot dodatkowych niezbędnych dla utrzymania i rozszerzenia inwestycji;
- b) Przychodów określonych w artykule 1, punkt 2 niniejszej Umowy;
- c) Kwot niezbędnych dla obsługi i spłaty pożyczek uznanych przez obie Strony jako inwestycje;
- d) Wpływów uzyskanych z całkowitej lub częściowej likwidacji albo sprzedaży inwestycji;
- e) Odszkodowań i innych należnych przewidzianych w artykule 4 niniejszej Umowy;
- f) Wszelkich płatności jakie będą musiały być dokonane w wyniku u subrogacji przewidzianej w artykule 6 niniejszej Umowy.

2 — Transfery, o których mowa w tym artykule będą dokonywane bez zwłoki według kursu obowiązującego w dniu realizacji. Kurs wymiany powinien być ustalany zgodnie z wzajemnym kursem wymiany (cross-rate) opartym na kursie ustalonym w danym dniu przez Międzynarodowy Fundusz Walutowy jako podstawy dla kursu wymiany odpowiednich walut w ramach specjalnych praw ciągnięcia.

3 — W rozumieniu niniejszego artykułu uważa się, iż transfer został dokonany «bez zwłoki», jeżeli jego realizacja nastąpiła w terminie normalnie niezbędnym dla spełnienia odpowiednich formalności.

Termin będzie liczył się od dnia złożenia odpowiedniego wniosku z wymaganymi dokumentami, lecz w żadnym razie nie może on przekroczyć trzech miesięcy.

Artykuł 6

1 — Jeżeli jedna z Umawiających się Stron lub jej agencja dokona jakiejkolwiek płatności na rzecz jednego z jej inwestorów z tytułu gwarancji udzielonej w związku z inwestycją realizowaną na terytorium drugiej Umawiającej się Strony, wówczas ta pierwsza Umawiająca się Strona stanie się uprawniona do przejścia praw i działań tego inwestora i będzie mogła je realizować na takich samych zasadach i warunkach jak ich pierwotny posiadacz.

2 — W przypadku subrogacji określonej w ustępie 1 tego artykułu inwestor nie będzie wysuwał roszczeń jeżeli nie będzie do tego upoważniony przez Umawiającą się Stronę lub jej agencję.

Artykuł 7

1 — Spory między Umawiającymi się Stronami dotyczące interpretacji i stosowania niniejszej Umowy będą rozstrzygane w miarę możliwości polubownie w drodze dyplomatycznej.

2 — Jeżeli spór nie będzie mógł być rozstrzygnięty w ten sposób w ciągu 12 miesięcy, wówczas zostanie on na życzenie którejkolwiek z Umawiających się Stron przedłożony trybunałowi arbitrażowemu.

3 — Trybunał arbitrażowy zostanie utworzony dla każdej sprawy oddzielnie, przy czym każda z Umawiających się Stron wyznaczy jednego arbitra. Ci dwaj arbitrzy uzgodnią między sobą obywatela państwa trzeciego jako przewodniczącego, który będzie mianowany przez Umawiające się Strony. Arbitrzy będą mianowani w ciągu dwóch miesięcy a przewodniczący w ciągu trzech miesięcy od daty zawiadomienia jednej Umawiającej się Strony przez drugą Umawiającą się Stronę o woli przedłożenia sporu trybunałowi arbitrażowemu.

4 — Jeżeli terminy ustalone w ustępie 3 nie zostaną zachowane, każda Umawiająca się Strona może, w razie braku innych uzgodnień, zwrócić się do Przewodniczącego Międzynarodowego Trybunału Sprawiedliwości o dokonanie niezbędnych nominacji. Jeżeli Przewodniczący nie może wypełnić swojej funkcji lub jeżeli jest obywatelem jednej z Umawiających się Stron, o dokonanie nominacji poproszony zostanie Wiceprzewodniczący. Jeżeli również Wiceprzewodniczący nie może wypełniać powyższej funkcji lub jeżeli jest on obywatelem jednej z Umawiających się Stron, wówczas o dokonanie niezbędnych nominacji poproszony zostanie najstarszy rangą sędzia Trybunału, który nie jest obywatelem którejkolwiek z Umawiających się Stron.

5 — Trybunał arbitrażowy orzeka większością głosów. Jego orzeczenia mają moc obowiązującą. Każda Umawiająca się Strona ponosi koszty udziału własnego arbitra jak również koszty udziału przedstawicieli w postępowaniu arbitrażowym. Koszty udziału przewodniczącego trybunału jak również inne koszty ponoszą obie Umawiające się Strony w częściach

równych. Trybunał arbitrażowy może jednak w orzeczeniu ustalić inne zasady pokrycia kosztów. Trybunał arbitrażowy ustali tryb własnego postępowania.

Artykuł 8

1 — Spory jakie powstaną między Umawiającą się Stroną a inwestorem drugiej Umawiającej się Strony w związku z inwestycją powinny być rozstrzygane w miarę możliwości w drodze polubownej.

2 — Jeżeli spór nie zostanie rozstrzygnięty w terminie sześciu miesięcy, licząc od dnia, w którym jedna z zainteresowanych stron zainicjowała go, wówczas dany spór będzie przedłożony na wniosek jednej z zainteresowanych stron do postępowania arbitrażowego. Obie Umawiające się Strony wyrażają na mocy niniejszej Umowy zgodę na taki tryb postępowania.

Z zastrzeżeniem przypadków odmiennych wspólnych uzgodnień, będą miały zastosowanie analogiczne postanowienia artykułu 7, ustępów 3 do 5 pod warunkiem, że strony sporu wyznaczą arbitrów zgodnie z trybem ustalonym w ustępie 3 wyżej wymienionego artykułu, a gdy terminy przewidziane w wymienionym artykule nie zostaną dotrzymane, każda ze stron w sporze może zwrócić się do Trybunału Arbitrażowego przy Międzynarodowej Izbie Handlowej w Paryżu z wnioskiem o dokonanie niezbędnych nominacji. Wyrok arbitrażowy będzie wykonany zgodnie z prawem państwa, w którym spór miał miejsce.

3 — Jeżeli obie Umawiające się Strony są lub staną się Stronami Konwencji z dnia 18 marca 1965 roku o rozstrzyganiu sporów inwestycyjnych między państwami a obywatelami innych państw, wówczas zgodnie z postanowieniami artykułu 27, ustęp 1 tej Konwencji nie będą one występować do trybunału arbitrażowego przewidzianego w poprzednim ustępie tego artykułu z uwagi na istnienie między inwestorami jednej z Umawiających się Stron a drugą Umawiającą się Stroną porozumienia, o którym mowa w artykule 25 Konwencji. Nie wyklucza to możliwości zwrócenia się do trybunału arbitrażowego, o którym mowa w poprzednim ustępie tego artykułu w przypadku niezastosowania się do orzeczenia trybunału arbitrażowego utworzonego na warunkach artykułu 27 Konwencji lub w przypadku przeniesienia praw na mocy ustawy lub na podstawie aktu prawnego zgodnie z postanowieniami artykułu 6 niniejszej Umowy.

Artykuł 9

Jeżeli postanowienia innej umowy międzynarodowej, której stronami są lub staną się obie Umawiające się Strony lub też jeżeli przepisy wewnętrzne którejkolwiek z Umawiających się Stron zawierają regulacje bardziej korzystne niż przewidziane w niniejszej Umowie, wówczas takie regulacje będą miały pierwszeństwo przed niniejszą Umową.

Artykuł 10

Niniejsza Umowa będzie miała zastosowanie do wszystkich inwestycji dokonanych zgodnie z odpowiednimi przepisami prawnymi przez inwestorów jednej Umawiającej się Strony na terytorium drugiej Umawiającej się Strony po dniu 26 maja 1976 roku.

Artykuł 11

1 — Niniejsza Umowa wejdzie w życie w dniu, w którym obie Umawiające się Strony notyfikują sobie wzajemnie o spełnieniu wymogów prawnych odnośnie wejścia w życie umów międzynarodowych.

2 — Niniejsza Umowa pozostanie w mocy przez okres 10 lat. Po ich upływie będzie przedłużona na okresy 5-letnie, o ile żadna z Umawiających się Stron nie wypowie jej w drodze notyfikacji na 12 miesięcy przed upływem danego 10-letniego lub 5-letniego okresu.

3 — W przypadku wypowiedzenia niniejszej Umowy postanowienia artykułów od 1 do 10 zachowują moc przez następny okres 10 lat w odniesieniu do inwestycji dokonanych przed wejściem w życie wypowiedzenia.

Sporządzono w Lizbonie dnia 11 marca 1993 roku, w dwóch egzemplarzach, każdy w językach portugalskim i polskim, przy czym obydwa teksty są jednakowo autentyczne.

Z Upoważnienia Rządu Republiki Portualskiej:
Vítor Ângelo da Costa Martins.

Z Upoważnienia Rządu Rzeczypospolitej Polskiej:
Iwo Byczewski.

MINISTÉRIO DO MAR

Decreto-Lei n.º 355/93

de 9 de Outubro

A experiência resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 168/88, de 14 de Maio, demonstra que a determinação da lotação de segurança para a tripulação das embarcações nacionais, sendo uma questão essencialmente técnica, relativa aos parâmetros e limites em que são salvaguardadas as condições de segurança nos seus vários aspectos, afecta directamente as condições de exploração em que as embarcações irão operar.

A intervenção directa da Administração no processo de fixação da lotação de segurança das embarcações nacionais deve ter como objectivo exclusivo assegurar a segurança da navegação, dos tripulantes, dos passageiros, das embarcações e das cargas ou capturas, bem como a protecção do meio ambiente marinho, de acordo com a legislação nacional e as convenções internacionais em vigor.

À luz destes princípios importa rever os procedimentos de fixação da lotação de segurança dos navios do registo convencional.

Por outro lado, torna-se necessário proceder à revisão das lotações fixadas por força das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/89, de 6 de Abril, relativamente às categorias dos marítimos.

Aproveita-se a oportunidade para adaptar a tramitação do processo de fixação de lotações aos princípios consagrados pelo Código do Procedimento Administrativo e para lhe conferir a celeridade exigida pela dinâmica do sector dos transportes marítimos.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma regula o processo de fixação da lotação de segurança dos navios e embarcações nacio-